

# CAPÍTULO 8

## ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À CRIANÇA COM ESPECTRO AUTISTA NA REDE BÁSICA DE SAÚDE REVISÃO DE LITERATURA

**Monyck Maria da Silva Muniz**  
**Jhully Ingrid Belfort da Silva**  
**Layanna dos Santos Soares**  
**Marília Beatriz Carvalho**  
**Aldenora Costa Rodrigues**  
**Rayanne Aguiar Alves**

### RESUMO

Transtorno do Espectro Autista (TEA), pode ser designado como alterações no neurodesenvolvimento, podendo ser manifestadas através de déficit na comunicação, desenvolvimento atípico, convívio intra e extrafamiliar deficiente, padrões repetitivos e manifestações comportamentais. Ao que se refere uma estimativa de casos no território brasileiro seria de aproximadamente 4,84 milhões de crianças autistas, viabilizando assim a relevância de implementar políticas públicas eficazes em todos os âmbitos que se remetem a saúde. O objetivo desta pesquisa é discutir os desafios da assistência de enfermagem à criança autista na rede básica de saúde. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, foi feito a busca na literatura de produções indexadas nas bases de dados LILACS, SCIELO, BVS e no site de referência do Ministério da Saúde, utilizando artigos entre 2019 a 2023. Dos 73 artigos abordados nas bases de dados e nas bibliotecas virtuais, 62 foram excluídos ao serem aplicados os critérios de exclusão preestabelecidos, resultando 11 artigos, por atenderem rigorosamente aos critérios de inclusão. Os resultados revelaram que por mais que os enfermeiros estejam cientes da relevância do diagnóstico e acompanhamento precoce dos casos de autismo, e mesmo com a expansão e consolidação do programa Estratégia Saúde da Família ainda se tem uma lacuna considerável na prestação da assistência voltada a criança com transtorno do espectro autista, evidenciando a carência de profissionais enfermeiros aptos para lidar com esses indivíduos e seus familiares, na atenção básica de saúde, o que pode levar a diagnósticos tardios e um prognóstico desfavorável. Concluindo que a enfermagem é essencial na assistência à criança autista e deve prestar um atendimento holístico de forma que as crianças e os familiares sintam-se assistidos e confiantes diante da realização do atendimento e acatar o aconselhamento por parte da enfermagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atenção Primária a Saúde. Autismo Infantil. Enfermagem.

### 1. INTRODUÇÃO

É designado como características do Transtorno do Espectro Autista (TEA), alterações no neurodesenvolvimento, podendo ser manifestadas através de déficit na comunicação, desenvolvimento atípico, convívio intra e extrafamiliar deficiente, padrões repetitivos e manifestações comportamentais (BRASIL, 2021).

Do ponto de vista normativo, a Lei nº 12.764/12, visa a proteção dos direitos da pessoa com espectro autista, dita como características apresentadas por uma pessoa com TEA, deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, caracterizada por deficiências marcadas de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações

adequadas ao seu nível de desenvolvimento, apego exagerado às rotinas e rituais diários (BRASIL, 2012).

Ainda de acordo com Centro de Controle e Prevenção de Doenças – CDC (2020), a prevalência de casos de autismo no ano de 2020 era de 1 para 54 crianças. Já em 2021, esse número sofre uma grande alteração, de 1 para cada 44 crianças na faixa etária de até 8 anos, com predominância no sexo masculino, de acordo com dados coletados em 11 estados dos Estados Unidos da América, no ano de 2016 (PAIVA JR, 2021).

Considerando esse cenário, o Brasil teria uma estimativa populacional de aproximadamente 4,84 milhões de crianças autistas. No entanto, ainda não é possível mensurar precisamente os números de prevalência, devido à deficiência e a falta de investimentos em estudos que possam permitir alcançar um percentual fidedigno dos números de casos no território brasileiro (MAGALHÃES *et al.*, 2022, p. 2).

Sabendo-se que, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), carrega consigo o reconhecimento do sujeito, inserção social e singularidade, atendendo as demandas da população, sem distinção (MACIEL, 2020, p. 468). A consulta de enfermagem surge como um serviço de promoção à saúde, inclusive, utiliza componentes científicos para identificação de condições de saúde, prescrição e implementação de cuidados que protejam, promovam, restaurem e recuperem à saúde pessoal (CORRÊA *et al.*, 2022, p. 302).

Dessa forma, a inserção da saúde mental na Atenção Primária a Saúde (APS), torna o atendimento mais acessível e contribui para uma melhora nos resultados clínicos. Facilitando a identificação dos problemas mentais, precocemente, com a possibilidade de tratá-los, lidar com eles, remeter para outros níveis de atendimento, promover a saúde e prevenir complicações. Apesar de o TEA não ter cura, a intervenção precoce ajuda na diminuição dos sintomas causados, como altera o prognóstico (LIMA *et al.*, 2022, p. 2).

Nessa perspectiva, é essencial que o diagnóstico seja realizado por uma equipe interdisciplinar de profissionais da saúde, constituída por, no mínimo, um neuropediatra e um psicólogo especialista em distúrbios do neurodesenvolvimento. De acordo com Ministério da Saúde, o enfermeiro pode usar instrumentos com o propósito de rastrear manifestações clínicas que apontam o TEA, sendo constituídos por um questionário de 28 perguntas objetivas e diretas, direcionadas aos pais (SILVA; SANTOS; NAKA, 2021, p. 63). Com a aplicabilidade desse instrumento o diagnóstico pode ser confirmado entre 2 a 3 anos (BRASIL, 2021).

Logo, o enfermeiro, um dos profissionais de saúde responsáveis pela recessão na Unidade Básica de Saúde (UBS) e pela implementação da Estratégia Saúde da Família, é indispensável para o diagnóstico do TEA, uma vez que consegue oferecer um cuidado integral ao indivíduo, desempenhando função relevante como um instrumento fundamental no tratamento da criança autista. Usando de um olhar holístico aos sinais apresentados pelas crianças e prestando um atendimento adequado a elas, às suas famílias ou responsáveis (FERREIRA; THEIS, 2021, p. 86; MAGALHÃES, 2020, p. 547).

Dada a lacuna que se refere à assistência do enfermeiro ao paciente com TEA, bem como a dificuldade que enfrentam com a assistência na Rede Básica (RB), é possível elaborar uma revisão bibliográfica que descreva o serviço prestado a esses pacientes e sua família. Além do hiato que permite a existência dessa revisão, o interesse das escritoras pelo tema foi uma motivação para a sua existência, pois, em seus estágios, notaram um déficit sobre o tema abordado.

Esta revisão bibliográfica tem o foco de mostrar a dificuldade enfrentada pelo enfermeiro na assistência ao paciente com TEA, distinguir o papel do enfermeiro na assistência, destacar a relação com o paciente e sintetizar os dados obtidos.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo revisão de literatura, com abordagem quantitativa, realizado mediante pesquisa bibliográfica. Segundo Dorsa (2020), o desenvolvimento de um projeto de pesquisa, dissertações, teses ou mesmo da escrita de um artigo, tem função de determinar uma linha de raciocínio que possa nortear a leitura dos pesquisadores, levando-os a conclusões sobre o tema abordado. É relevante salientar que com a revisão de literatura busca-se estimar o que outros autores desenvolveram e evidenciaram com esse tema (DORSA, 2020, p. 681).

Nesta revisão bibliográfica, busca investiga-se a relação do enfermeiro com criança portadora de TEA e sua família, mais especificamente a assistência na atenção básica. Visando compreender o papel que o enfermeiro perante esse transtorno.

Na segunda etapa, foi feito a busca na literatura de produções indexadas nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no site de referência do Ministério da Saúde. Para a seleção dos artigos foram utilizados os seguintes Descritores em Ciência da Saúde (DECS): Atenção Primária a Saúde; Autismo Infantil; Enfermagem.

O período de coleta foi de julho a setembro de 2022. Os artigos selecionados passaram pelos seguintes critérios de inclusão: aqueles publicados a partir de 2019 a 2023, completos, em português e de livre acesso. Os critérios de exclusão levaram em consideração os artigos que após a identificação por meio de títulos e resumos, não se enquadravam ao objetivo da pesquisa.

Na terceira etapa, para extrair os dados dos artigos selecionados, todos os estudos foram lidos criteriosamente em sua íntegra e selecionados, por atenderem rigorosamente aos critérios de inclusão, e seus conteúdos foram julgados suficientemente esclarecedores e pertinentes para fazerem parte do presente estudo. Dos 73 artigos abordados nas bases de dados e nas bibliotecas virtuais, 62 foram excluídos ao serem aplicados os critérios de exclusão preestabelecidos, resultando 11 artigos, por atenderem rigorosamente aos critérios de inclusão.

A análise crítica dos dados (quarta etapa) foi realizada em duas fases. Na primeira, foram identificados os dados de localização do artigo, ano e periódico de publicação. Na segunda fase ocorreu a análise dos artigos, a partir de seus objetivos, metodologia empregada e resultados encontrados, sintetizando os resultados por similaridade do conteúdo. As categorias foram previstas para permitir agrupamentos das publicações, segundo os principais assuntos presentes nas discussões e resultados dos estudos que compõem a presente pesquisa.

Na discussão dos resultados, quinta etapa, a partir de repetidas leituras dos resumos selecionados na fase anterior, se extraiu aqueles que versavam a respeito do tema do estudo. Realizou-se a comparação de resultados dos artigos analisados, com destaque às congruências e as divergências observadas.

Na sexta e última etapa da revisão integrativa, realizou-se a síntese dos artigos analisados após leitura exaustiva do material selecionado, e as informações capturadas foram disponibilizadas em quadros.

Com relação aos aspectos éticos legais, por se tratar de uma revisão de literatura, não foi necessária submissão e avaliação por parte do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, em conformidade com a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012).

### **3. RESULTADOS**

Após leitura minuciosa dos artigos selecionados foi empregado o quadro confeccionado pelas autoras para coleta de dados que atendessem aos objetivos propostos, conforme títulos

das obras, autores/ano, bases de dados/biblioteca virtual, metodologia e resultados da síntese dos artigos, que estão exibidos no Quadro 1, logo abaixo:

**Quadro 1:** Distribuição dos artigos científicos quanto a assistência de enfermagem à criança autista na rede básica, São Luis – MA, 2023.

Título	Autores/ Ano	Bases de dados/Biblioteca virtual	Metodologia	Resultados
Transtorno do espectro autista na Atenção Primária à Saúde: desafios para assistência multidisciplinar.	COSTA, B. O. C. <i>et al.</i> , 2023.	Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas.	Pesquisa descritiva com abordagem qualitativa.	As evidências revelaram que o contato com crianças autistas ocorria apenas em momentos como a vacinação, medicação, consultas e exames de rotina, além da falta de estrutura para a assistência. Desconhecimento e falta de capacitação para o diálogo com o espectro autista na atenção primária à saúde apresentaram-se como dificuldades.
Triagem para transtorno do espectro autista pela Enfermeira na atenção primária: revisão Integrativa.	CORRÊA, I. S. <i>et al.</i> , 2022.	Revista Científica de Enfermagem – RECIEN.	Revisão integrativa	Os enfermeiros entendem a importância da triagem de sinais de TEA, porém, não se sentem seguros ou preparados para tal.
Conhecimento sobre Transtorno do Espectro Autista entre profissionais da atenção básica.	REZENDE, L. O. <i>et al.</i> , 2022.	<i>Manuscripta Medica.</i>	Estudo observacional no qual foi aplicado aos participantes um questionário.	O uso do questionário KCAHW permitiu mensurar o nível de entendimento de médicos e enfermeiros sobre o diagnóstico de TEA na Atenção Básica. E evidenciou que os médicos possuem maior conhecimento acerca do TEA do que os enfermeiros, ressaltando a relevância de programas de educação continuada na Atenção Básica.
Desafios no diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista.	SOUZA, D. M. <i>et al.</i> , 2022.	<i>Research, Society and Development.</i>	Estudo observacional, de prevalência, transversal, descritivo e quantitativo.	Os participantes relataram que não concordam com a eficácia da realização da triagem, afirmaram que há pouca procura, acreditando que a maioria já busca serviços mais especializados, como de pediatras. Alguns destes participantes relataram ainda acreditar que falta capacitação para os profissionais, faltando conhecimento sobre o assunto e para que esta triagem seja feita da forma correta.
A importância da puericultura na atenção básica de saúde, e sua correlação com o transtorno do espectro autista: uma revisão integrativa.	POLIDORO, T. C. <i>et al.</i> , 2022.	<i>Research Society and Development.</i>	Revisão integrativa da literatura.	A puericultura contribui no desenvolvimento do vínculo entre equipe de saúde e a família do neonato.
Contexto dos enfermeiros frente à assistência às crianças diagnosticadas com transtornos do espectro autista.	EDUARDO, O. R. F. <i>et al.</i> , 2021.	<i>Brazilian Journal of Development.</i>	Estudo descritivo, exploratório.	Os entrevistados relataram que compreende o que é autismo, no entanto demonstrou dificuldade em orientar os pais, mostrando que existe falta conhecimento sobre o tema, despontando a necessidade de capacitações.
Assistência de enfermagem a paciente com transtorno do Espectro autista.	RODRIGUE S, M. R. C; QUEIROZ, R. S. A;	Revista Bras. Interdiscip Saúde – REBIS.	Revisão integrativa da literatura.	Foi possível concluir com o trabalho que a Enfermagem é uma peça significativa na detecção e assistência ao TEA, porém sua participação neste processo ainda é

	CAMELO, M. S, 2021.			deficiente pois os profissionais não estão habilitados ou sentem insegurança ao lidar com os pacientes e suas famílias.
Assistência do enfermeiro à criança autista na atenção básica.	MARTINS, R. A. <i>et al.</i> , 2021.	<i>Brazilian Journal of Health Review.</i>	Revisão integrativa da literatura.	Destaca que, com a implementação do NANDA na assistência de enfermagem frente a criança com TEA, pode estabelecer diagnósticos e intervenções mais objetivas.
O reconhecimento dos sinais de autismo por profissionais atuantes nos serviços de puericultura na atenção básica.	COSTA, C. S; GUARANY, N. R, 2021.	<i>Interinstitutional Brazilian Journal of Occupational Therapy.</i>	Estudo transversal quantitativo.	Nenhum profissional possui formação sobre autismo. Os profissionais de saúde têm interesse em se capacitar no tema. Possuem dificuldades na identificação dos sintomas no processo de desenvolvimento infantil.
Abordagem do autismo infantil na atenção básica: revisão integrativa.	MACIEL, N. G. P, 2020.	<i>ResearchGate.</i>	Revisão integrativa.	Visando especificadamente a abordagem do Transtorno do Espectro Autista, em instituições de acolhimento no âmbito do Sistema Único de Saúde, políticas que resguardam os direitos da pessoa com esse transtorno e a atuação dos profissionais de saúde, destacando a importância da capacitação profissional.
Rastreamento precoce dos sinais de autismo infantil: Um estudo na atenção primária à saúde.	OLIVEIRA, M. V. M. <i>et al.</i> , 2019.	Revista Arquivos Científicos (IMMES).	Relato de experiência.	O estudo revelou que o M-chat é um excelente instrumento de detecção precoce dos sinais de autismo infantil.

**Fonte:** Autoria própria a partir de dados extraídos dos artigos selecionados (2023).

#### 4. DISCUSSÃO

Na assistência à saúde, a enfermagem é parte da equipe multidisciplinar na Estratégia de Saúde da Família, com as consultas de acompanhamento e desenvolvimento. Ela é responsável por identificar sinais de desenvolvimento inadequado, podendo fazer as primeiras identificações diagnósticas do TEA, mas a maioria desses profissionais não está preparada para reconhecer essas manifestações que podem indicar autismo (RODRIGUES; QUEIROZ; CAMELO, 2021, p. 78).

Neste cenário, Costa; Guarany (2021, p. 42) destaca que a puericultura esta presente como uma estratégia de prevenção, detecção e acompanhamento de possíveis mudanças no desenvolvimento e crescimento infantil, de modo a reduzir a incidência de doenças e perceber alterações logo nos primeiros meses de vida (COSTA; GUARANY., 2021, p. 42). Embora o diagnóstico de TEA possa ser confirmado até os 2 anos, a média no Brasil é de 6 anos. Este atraso de pelo menos 36 meses tem causado maior morbidade e pode ser decisivo no prognóstico da criança autista (SOUSA *et al.*, 2022, p. 3).

Inclusive, Polidoro *et al.* (2022, p. 3) enfatiza que através da consulta de puericultura os profissionais que atuam na Estratégia Saúde da Família, conseguem criar um vínculo entre a unidade básica de saúde e os familiares, possibilitando que o profissional auxilie na

implementação das intervenções propostas e acompanhe o desenvolvimento desses futuros jovens e adultos (POLIDORO *et al.*, 2022, p. 3).

Com a crescente dos casos de autismo, os profissionais de saúde carecem de qualificação adequada a fim de, diagnosticar, cuidar e alertar para o reconhecimento dos sinais de risco, pois ainda existe uma debilidade em termos de conhecimento e capacitação profissional em relação às práticas diagnósticas e à efetivação das intervenções (COSTA *et al.*, 2023, p. 5). Tendo em vista que a atenção básica de saúde é a porta de entrada da assistência a saúde, o enfermeiro deve ser apto para o amparo a essas indivíduos (MACIEL, 2020, p. 476).

Martins *et al.* (2021, p. 12200) destaca que a assistência de enfermagem mediante o comportamento das pessoas com TEA, tendo como referência o *North American Nursing Diagnosis Association - NANDA*, permite estabelecer os diagnósticos de enfermagem, as intervenções e os objetivos, implementando a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). Assim, a ausência de conhecimento técnico por parte dos enfermeiros dificulta o cuidado com a eficiência necessária (MARTINS *et al.*, 2021, p. 12200).

Em concordância, Rezende *et al.* (2022, p. 36) aponta que as crianças com autismo também ficam doentes de outras patologias, com crises agudas, necessitando de outros cuidados de saúde. E a falta de conhecimento dos profissionais, na forma de abordagem, comunicação e até nas condutas, dificulta o processo de atenção à saúde nas Redes de Atenção à Saúde (RAS), precisando ser integrada, amplamente, intersetorial, multidisciplinar e efetiva, para garantir o acesso à saúde (REZENDE *et al.*, 2022, p. 36).

Nesta perspectiva, Corrêa *et al.* (2022, p. 295) evidenciou que os atrasos na comunicação ou no comportamento podem ser evidentes antes dos nove meses, como a falta de contato nos olhos, a falta de responsividade ao chamado do nome, o desinteresse em outras crianças, a dificuldade de apontar ou mostrar objetos e a falta de atenção em conjunto. Esses achados reforçam a necessidade de se usar os instrumentos de triagem dos sinais de TEA precocemente, uma vez que estimula as capacidades deste infante, primordial nos três primeiros anos de vida (CORRÊA *et al.*, 2022, p. 295).

Conforme o estudo de Oliveira *et al.* (2019, p. 52), o instrumento *Modified Checklist for Autism in Toddler (M-CHAT)* o qual é uma ferramenta de triagem nível 1, reconhecido e usado no Brasil, para rastrear crianças que possuem risco de terem TEA, é um excelente instrumento de modo a detectar precocemente sinais de autismo infantil, considerando, a acessibilidade e o

---

baixo custo, além de poder ser utilizado por outras pesquisas que igualmente almejam o mesmo objetivo (OLIVEIRA *et al.*, 2019, p. 52).

Inclusive, o instrumento possui aplicabilidade simples, sendo um método que consiste em questões dirigidas a familiares ou responsáveis, detalhando assuntos sobre acerca do desenvolvimento da criança, concedendo informações ou indicativos que atribuam para que cada indivíduo seja direcionado adequadamente. Sendo melhor aplicado entre 18 e 24 meses de vida (SOUSA *et al.*, 2022, p. 8).

Diante disto, Oliveira *et al* (2019, p. 51) enfatiza que a M-CHAT é uma escala de rastreamento que não permite a determinação do diagnóstico de TEA. O objetivo deste, assim como qualquer outro método de rastreamento, é identificar todos os casos de risco, inclusive alguns classificados como falso-positivos, isto é, que, apesar de serem sintomáticos, não cumprem critérios diagnósticos para um determinado transtorno (OLIVEIRA *et al.*, 2019, p. 51).

Eduardo *et al.* (2021, p. 97389) frisa que os profissionais de saúde devem buscar conhecimentos específicos em capacitações, sobre estratégias nos cuidados com as crianças autistas, além de acompanhamento psicológico, traçando um perfil de desenvolvimento, cognição, comunicação e motricidade, apresentado pelas crianças, observando os sinais e sintomas do autismo, distinguindo das demais síndromes, conduzindo segurança às crianças e seus familiares para compartilhar as experiências vivenciadas, proporcionando um vínculo entre profissional, criança e família (EDUARDO *et al.*, 2021, p. 97389).

Outrossim, Maciel (2022, p. 480) reforça que políticas públicas hábeis devem ser criadas e implementadas para o apoio voltado para o paciente com TEA e suas famílias na rede básica de saúde, pois o cotidiano de quem cuida demanda total atenção com pacientes diagnosticados. A enfermagem tem um papel pertinente no processo de cuidar e de uma assistência empática, dispendo-se a melhora exponencial da criança. Assim, implementando a integralidade tanto ao paciente quanto a família (RODRIGUES; QUEIROZ; CAMELO, 2021, p. 78).

Os artigos expostos contribuem para o entendimento sobre a relevância da assistência do enfermeiro perante a criança com TEA na atenção básica, por via de abordagens que possibilitem um atendimento qualificado no processo de acompanhamento, cuidado e aconselhamento, como também na investigação das primeiras manifestações clínicas.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vigilância do desenvolvimento infantil pode ser uma ferramenta eficaz para identificar sinais precoces do TEA na rede pública de atenção primária à saúde, uma vez que garante o acompanhamento sistemático de crianças ao longo do desenvolvimento. Entretanto, como exposto ao longo desta revisão de literatura, ainda existe uma considerável distância entre a criança autista e o enfermeiro, possibilitando assim a dificuldade na assistência de enfermagem perante a criança com espectro autista.

Logo, o enfermeiro deve buscar capacitações que forneçam mais habilidade no atendimento a essas crianças, de forma que possa atender às suas necessidades e passar segurança aos familiares, que provavelmente estarão passando por um período de adaptação importante, tendo a família como protagonista no desenvolvimento dessas crianças e estabelecendo um vínculo de confiança entre a equipe e os familiares.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária. **Definição – Transtorno de Espectro Autista (TEA) na criança.** Brasília: DF. Disponível em: <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/definicao-tea/>. Acessado em: Set. 2022.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm#](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm#). Acessado em: Nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia Saúde da Família.** Brasília – DF. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/estrategia-saude-da-familia>. Acessado em: Mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, **Diário Oficial da União**, 12 dez. 2012. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html). Acessado em: Mar. 2023.

BRASIL. Lei 9.610/1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm). Acessado em: Mar. 2023.

CORRÊA, I. S. *et al.* Triagem para transtorno do espectro autista pela enfermeira na atenção primária: revisão integrativa. **Rev. Recien.** São Paulo, v. 12, n. 37, p. 293-303, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24276/rrecien2022.12.37.293-303>. Acessado em: Mar. 2023.

COSTA, B. O. C. *et al.* Transtorno do espectro autista na Atenção Primária à Saúde: desafios para assistência multidisciplinar. **SMAD. Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drog.** [S.l], v. 19, n. 1, p. 13-21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2023.180473>. Acessado em: Abr. 2023.

COSTA, C. S.; GUARANY, N. R. O reconhecimento dos sinais de autismo por profissionais atuantes nos serviços de puericultura na atenção básica. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 31-44, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/33841/pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

DINIZ, D. Introdução ética na pesquisa em ciências humanas e sociais. **Educ. Soc.** Campinas, v. 36, n. 133, p. 857-63, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302015000400857&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302015000400857&lng=en&nrm=iso). Acessado em: Mar. 2023.

DORSA, A. C. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, p. 681-683, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i4.3203>. Acessado em: Nov. 2022.

EDUARDO, O. R. F. *et al.* Contexto dos enfermeiros frente à assistência às crianças diagnosticadas com transtornos do espectro autista. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.10, p. 97384-97391, 2021. DOI:10.34117/bjdv7n10-177. Acessado em: Abr. 2023.

FERREIRA, T. L. R.; THEIS, L. C. A atuação do enfermeiro na assistência a crianças com transtorno do espectro autista. **Rev. Saúde e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 15, n. 22, p. 85-98, 2021. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/1219>. Acessado em: Set. 2022.

LIMA, F. S. R. *et al.* Evidências científicas sobre a identificação precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em crianças na Atenção Primária à Saúde: protocolo de revisão de escopo. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, e550111133980, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/33980/28703/380578>. Acessado em: Mar. 2023.

MACIEL, N. G. P. Abordagem do autismo infantil na atenção básica: revisão integrativa. **Revisão Interdisciplinar em DE**. Cajazeiras, 7 (único), p. 466-481, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/340571982>. Acessado em: Set. 2022.

MAGALHÃES, J. M. *et al.* Assistência de enfermagem à criança autista: revisão integrativa. **Enferm. Glob.** Murcia, v. 19, n. 2, p. 541-550, 2020. Disponível em: [https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v19n58/pt\\_1695-6141-eg-19-58-531.pdf](https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v19n58/pt_1695-6141-eg-19-58-531.pdf). Acessado em: Set. 2022.

MAGALHÃES, J. M. *et al.* Diagnósticos e intervenções de enfermagem em crianças com transtorno do espectro autista: perspectiva para o autocuidado. **Rev. Baiana Enferm**, v. 36, e448558, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/44858>. Acessado em: Abr. 2023.

MARTINS, R. A. *et al.* Assistência do enfermeiro à criança autista na atenção básica. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.3, p. 12193-12206, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n3-198>. Acessado em: Abr. 2023.

OLIVEIRA, M. V. M. *et al.* Rastreamento precoce dos sinais de autismo infantil: Um estudo na atenção primária à saúde. **Rev. Arquivos Científicos (IMMES)**. Macapá, v. 2, n. 2, p. 48-53, 2019. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.5935/2595-4407/rac.immes.v2n2p48-53>. Acessado em: Mar. 2023.

PAIVA JR, F. EUA publica nova prevalência de autismo: 1 a cada 44 crianças, com dados do CDC. **Canal autismo**, 2021. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/eua-publica-nova-prevalencia-de-autismo-1-a-cada-44-criancas-segundo-cdc/>. Acessado em: Set. 2022.

POLIDORO, T. C. *et al.* A importância da puericultura na atenção básica de saúde, e sua correlação com o transtorno do espectro autista: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, e598111234857, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34857>. Acessado em: Mar. 2023.

REZENDE, L. O. *et al.* Conhecimento sobre Transtorno do Espectro Autista entre profissionais da atenção básica. **Manuscripta Medica**, São Paulo, v. 3, p. 31-39, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v21n3p501-516>. Acessado em: Mar. 2023.

RODRIGUES, M. R. C.; QUEIROZ, R. S. A.; CAMELO, M. S. Assistência de enfermagem a paciente com transtorno do espectro autista. **Rev. Bras. Interdiscip Saúde – ReBIS**, v. 3, n. 4, p. 75-79, 2021. Disponível em: <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/312>. Acessado em: Mar. 2023.

SILVA, T. C.; SANTOS, C. V. P.; NAKA, K. S. Assistência de enfermagem a crianças com transtorno do espectro autista. **Estudos Avançados Sobre Saúde e natureza**, [S. l.], v.1, 2021. Disponível em: <https://periodicojs.com.br/index.php/easn/article/view/342>. Acessado em: Set. 2022.

SOUSA, D. M. *et al.* Desafios no diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, e5611829837, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/29837/26265/349408>. Acessado em: Abr. 2023.